



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário**  
**Área Judiciária**

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição \_\_\_\_\_

MODELO

Nº do Caderno \_\_\_\_\_

MODELO1

Nº do Documento \_\_\_\_\_

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

**P R O V A**

Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva - Redação

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva- Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva- Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS BÁSICOS

## Português

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

1 As indústrias culturais, e mais especificamente a do  
cinema, criaram uma nova figura, “mágica”, absoluta-  
mente moderna: a estrela. Depressa ela desempenhou  
5 um papel importante no sucesso de massa que o cinema  
alcançou. E isso continua. Mas o sistema, por muito  
tempo restrito apenas à tela grande, estendeu-se  
progressivamente, com o desenvolvimento das indústrias  
culturais, a outros domínios, ligados primeiro aos setores  
do espetáculo, da televisão, do show business. Mas  
10 alguns sinais já demonstravam que o sistema estava  
prestes a se espalhar e a invadir todos os domínios:  
imagens como as de Gandhi ou Che Guevara, indo de  
fotos a pôsteres, no mundo inteiro, anunciavam a plane-  
tarização de um sistema que o capitalismo de hipercon-  
sumo hoje vê triunfar.

15 O que caracteriza o star-system em uma era hiper-  
moderna é, de fato, sua expansão para todos os do-  
mínios. Em todo o domínio da cultura, na política, na  
religião, na ciência, na arte, na imprensa, na literatura, na  
filosofia, até na cozinha, tem-se uma economia do  
20 estrelato, um mercado do nome e do renome. A própria  
literatura consagra escritores no mercado internacional,  
os quais negociam seus direitos por intermédio de  
agentes, segundo o sistema que prevalece nas indústrias  
do espetáculo. Todas as áreas da cultura valem-se de  
25 paradas de sucesso (hit-parades), dos mais vendidos  
(best-sellers), de prêmios e listas dos mais populares,  
assim como de recordes de venda, de frequência e de  
audiência destes últimos.

30 A extensão do star-system não se dá sem uma forma  
de banalização ou mesmo de degradação – da figura pura  
da estrela, trazendo consigo uma imagem de eternidade,  
chega-se à vedete do momento, à figura fugidia da  
celebridade do dia; do ícone único e insubstituível, passa-  
35 se a uma comunidade internacional de pessoas conheci-  
das, “celebrizadas”, das quais revistas especializadas di-  
vulgam as fotos, contam os segredos, perseguem a in-  
timidade. Da glória, própria dos homens ilustres da  
Antiguidade e que era como o horizonte resplandecente  
40 da grande cultura clássica, passou-se às estrelas – forma  
ainda heroicizada pela sublimação de que eram portado-  
ras –, depois, com a rapidez de duas ou três décadas de  
hipermodernidade, às pessoas célebres, às personali-  
dades conhecidas, às “pessoas”. Deslocamento progressivo  
45 que não é mais que o sinal de um novo triunfo da forma-  
moda, conseguindo tornar efêmeras e consumíveis as  
próprias estrelas da notoriedade.

(Adap. de Gilles Lipovetsky e Jean Serroy. Uma cultura de  
celebridades: a universalização do estrelato. In **A cultura –  
mundo**: resposta a uma sociedade desorientada. Trad:  
Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras,  
2011, p.81 a 83)

1. No texto, os autores
  - (A) tecem elogios às indústrias culturais, assinalando como positivo o desempenho delas na constituição de sociedades modernas.
  - (B) advogam o reconhecimento do papel exclusivo do cinema na criação e disseminação da figura da estrela.
  - (C) atribuem às estrelas do cinema a massificação dessa arte, em um sistema que permanece unicamente por força da atuação das atrizes de alta categoria.
  - (D) condenam a expansão do sistema que equivocadamente se constituiu no passado em torno da figura da estrela, porque ele tornou obrigatória a figura intermediária do agente.
  - (E) apontam a hipermodernidade como era que adota, de modo generalizante, práticas que na modernidade mais se associavam às indústrias do espetáculo.

2. Os autores referem-se a *Gandhi* ou *Che Guevara* com o objetivo de
  - (A) insinuar que, na modernidade, a imagem independe do valor que efetivamente um homem representa.
  - (B) recriminar, em aparte irrelevante para a argumentação principal, a falta de critério na exposição da figura de um líder, que acarreta o uso corriqueiro de sua imagem – numa foto ou pôster.
  - (C) comprovar que o sistema associado à figura da estrela estava ligado aos setores do espetáculo, da televisão, do *show business*.
  - (D) conferir dignidade à indústria cultural, demonstrando que essa indústria tem também a função de dar visibilidade à imagem de grandes líderes.
  - (E) demonstrar, por meio de particularização, que antes da era hipermoderna já havia sinais de que o *star-system* invadiria todos os domínios.

3. Mas o sistema, por muito tempo restrito apenas à tela grande, estendeu-se progressivamente, com o desenvolvimento das indústrias culturais, a outros domínios, ligados primeiro aos setores do espetáculo, da televisão, do show business.

Na frase acima, o segmento destacado equivale a:

- (A) por conta de ter ficado muito tempo restrito.
- (B) ainda que tenha ficado muito tempo restrito.
- (C) em vez de ter ficado muito tempo restrito.
- (D) ficando há muito tempo restrito.
- (E) conforme tendo ficado muito tempo restrito.



4. *A extensão do star-system não se dá sem uma forma de banalização ou mesmo de degradação – da figura pura da estrela, trazendo consigo uma imagem de eternidade, chega-se à vedete do momento, à figura fugidia da celebridade do dia; do ícone único e insubstituível, passa-se a uma comunidade internacional de pessoas conhecidas, “celebrizadas”, das quais revistas especializadas divulgam as fotos, contam os segredos, perseguem a intimidade.*

Considerado o fragmento acima, em seu contexto, é correto afirmar:

- (A) A expressão *ou mesmo* indica que os autores atribuem à palavra *degradação* um sentido de rebaixamento mais intenso do que atribuem à palavra *banalização*.
- (B) A substituição de *não se dá sem uma forma de banalização* por “procede de um tipo de atitude trivial” mantém o sentido original.
- (C) A forma *trazendo* expressa, na frase, sentido de condicionalidade, equivalendo a “se trazer”.
- (D) O contexto exige que se compreendam os segmentos *da figura pura da estrela* e *do ícone único e insubstituível* como expressões de sentidos opostos.
- (E) A substituição de *das quais* por “cujas” mantém a correção e o sentido originais.

5. *Da glória, própria dos homens ilustres da Antiguidade e que era como o horizonte resplandecente da grande cultura clássica, passou-se às estrelas – forma ainda heroificada pela sublimação de que eram portadoras –, depois, com a rapidez de duas ou três décadas de hipermodernidade, às pessoas célebres, às personalidades conhecidas, às “pessoas”. Deslocamento progressivo que não é mais que o sinal de um novo triunfo da formamoda, conseguindo tornar efêmeras e consumíveis as próprias estrelas da notoriedade.*

Levando em conta o acima transcrito, em seu contexto, assinale a afirmação correta.

- (A) No segmento que se encontra entre vírgulas, imediatamente depois de *Da glória*, somente uma das declarações destina-se a caracterizar “glória”.
- (B) É legítimo entender-se do fragmento: as estrelas ostentavam, e pelas mesmas razões, a aura de heroísmo que representava a glória dos homens ilustres da Antiguidade.
- (C) No segmento que descreve a segunda parte do processo de deslocamento, introduzida por *depois*, a expressão que está subentendida é *Da glória*.
- (D) As aspas, em “pessoas”, chamam a atenção para o particular sentido em que a palavra foi usada: como sinônimo das duas expressões imediatamente anteriores.
- (E) A forma *efêmeras e consumíveis* obtém sua força expressiva pela repetição de uma mesma ideia, repetição que se dá sem acréscimo de traço de sentido.

6. Em certas passagens do primeiro parágrafo, os autores referem-se a certas ações pretéritas que consideravam contínuas. A forma verbal que demonstra essa atitude é

- (A) (linha 2) *criaram*.
- (B) (linha 5) *alcançou*.
- (C) (linha 5) *continua*.
- (D) (linha 13) *anunciavam*.
- (E) (linha 15) *vê triunfar*.

7. Considere as afirmações que seguem.

- I. A seqüência *na política, na religião, na ciência, na arte, na imprensa, na literatura, na filosofia, até na cozinha* constitui elenco de profissões que tiveram de se associar ao *domínio da cultura* para atingir a *economia do estrelato*.
- II. Em *A própria literatura consagra escritores no mercado internacional, os quais negociam seus direitos por intermédio de agentes, segundo o sistema que prevalece nas indústrias do espetáculo*, a expressão em destaque foi obrigatoriamente empregada para evitar a ambiguidade que ocorreria se, em seu lugar, fosse usado o pronome “que”.
- III. Em *A própria literatura consagra escritores no mercado internacional, os quais negociam seus direitos por intermédio de agentes, segundo o sistema que prevalece nas indústrias do espetáculo*, o segmento destacado poderia ser substituído por “prevalente”, sem prejuízo do sentido e da correção originais.

O texto legitima

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) I, II e III.

8. *...imagens como as de Gandhi ou Che Guevara, indo de fotos a pôsteres, no mundo inteiro, anunciavam a planetarização de um sistema que o capitalismo de hiperconsumo hoje vê triunfar.*

Outra redação, clara e correta, para o segmento acima é:

- (A) ...no mundo inteiro, *Gandhi* ou *Che Guevara* em imagens de fotos ou pôsteres, anunciavam a planetarização do sistema que hoje se vê triunfar segundo o capitalismo de hiperconsumo.
- (B) ...tanto *Gandhi* e também *Che Guevara*, com imagens indo de fotos a pôsteres no mundo inteiro anunciavam aquilo que o capitalismo de hiperconsumo chama planetarização de um sistema.
- (C) ...indo de fotos a pôsteres, no mundo inteiro, imagens tais como a de *Gandhi* ou *Che Guevara* anunciavam que havia se planetarizado o sistema que o capitalismo de hiperconsumo, hoje, vê triunfar.
- (D) ...planetarizou-se o sistema – aquele que o capitalismo de consumo hoje vê o triunfo – o que foi anunciado com as imagens de *Gandhi* e *Che Guevara* indo pelo mundo com fotos a pôsteres.
- (E) ...um sistema que o capitalismo de hiperconsumo hoje vê seu triunfo teve anunciado sua planetarização por *Gandhi* ou também *Che Guevara*, com sua ida pelo mundo, por fotos e pôsteres.



9. Está correta a seguinte frase:
- (A) Ainda que os méritos pela execução do projeto não coubessem àquele engenheiro, foram-lhe logo atribuídos, mas ele, com humildade, não hesitou em recusá-los.
  - (B) Parecia haver muitas razões para que seus estudos de meteorologia não convencesse, mas a mais excêntrica era inventar pretextos inverossímeis para seus erros.
  - (C) Devem fazer mais de seis meses que ele não construa nenhuma maquete, talvez por estresse; por isso, muitos são a favor de que lhe seja concedido as férias acumuladas.
  - (D) Ele é especialista em vegetais euros-siberianos, motivo das suas análises serem feitas em extensa faixa da Europa e dele viajar tão à vontade.
  - (E) Ao que me disseram, tratam-se de questões totalmente irrelevante para o pesquisador, mas, mesmo assim, jornalistas tentam assessorá-lo na divulgação delas.
10. A alternativa que apresenta frase correta é:
- (A) – Senhor Ministro, peço sua licença para advertir que Vossa Excelência se equivocou no julgamento dessa lei tão polêmica.
  - (B) Seus companheiros, até os recém-contratados, não lhe atribuem nenhum deslize e creem que esse é mais um injusto empecilho entre tantos com que ele já se defrontou.
  - (C) Se eles não satisfizerem todas as exigências, não se têm como contratá-los sem enveredar pelo caminho da irregularidade.
  - (D) O traumático episódio gerou grande ansiedade, excitação desmedida que lhe fez xingar e investir contra a pessoa mais cumpridora com seus deveres.
  - (E) Caso ele venha a se opor, será uma compulsão a que ninguém deve compartilhar, sob perigo de todos os envolvidos se virem em situação de risco na empresa.
- Regimento Interno do Tribunal  
Regional Eleitoral do Amapá**
11. Em matéria de distribuição dos processos, os feitos serão registrados mediante numeração contínua, em cada uma das classes previstas no Regimento Interno, entre outras, o Recurso Eleitoral (RE), código 30. Nesse caso, é certo que
- (A) o agravo de instrumento não poderá ser autuado com a indicação do feito no qual foi interposto, sendo facultado seu apensamento a este quando devolvido pela Instância superior.
  - (B) o registro na respectiva classe processual terá como parâmetro a classe eventualmente indicada pela parte no recurso, não cabendo sua alteração pela Secretaria Judiciária.
  - (C) caberá ao Relator solucionar as dúvidas que surgirem na classificação do feito e o Vice-Presidente do Tribunal fará o controle do andamento e das decisões do feito mediante sistema eletrônico.
  - (D) os recursos e pedidos incidentes ou acessórios poderão ser juntados aos autos principais, mediante termo genérico, porém alterando-se a classe e a numeração do feito.
  - (E) se o processo for de competência da Corregedoria Regional Eleitoral e que deva ser apreciado pelo Tribunal será registrado em outra classe processual e distribuído pela Secretaria Judiciária ao respectivo Relator.
12. No que se refere aos recursos de decisão do Presidente e do Relator, é correto afirmar que
- (A) é vedado à parte prejudicada por tais despachos requerer que se apresentem os autos em mesa para que a decisão seja alterada ou confirmada.
  - (B) o prazo para a interposição desses recursos será de 3 (três) dias, contados da publicação ou da intimação do despacho.
  - (C) esse recurso regimental, por sua natureza, é sempre administrativo e sem quaisquer restrições.
  - (D) as partes e o Ministério Público disporão de 10 (dez) minutos, improrrogáveis, para fins de sustentação oral.
  - (E) se apresentada a petição, e for confirmado o despacho recorrido, o Relator não poderá tomar parte do julgamento na sessão oportuna.
13. Com relação às competências, analise:
- I. Convocação à sua presença do Juiz Eleitoral da Zona que deva pessoalmente prestar informações de interesse para a Justiça Eleitoral, ou indispensáveis à solução do caso concreto.
  - II. Propor ao Tribunal o arquivamento do processo da originária competência deste, se a resposta ou defesa prévia do acusado, nos casos em que for admitida, convencer da improcedência da acusação.
  - III. Presidir a Comissão Apuradora do Tribunal.
  - IV. Defender a jurisdição do Tribunal.
- São atribuições, respectivamente, do
- (A) Presidente, Procurador-Regional, Corregedor-Regional Eleitoral e Relator.
  - (B) Corregedor-Regional Eleitoral, Procurador-Regional, Presidente e Relator.
  - (C) Corregedor-Regional Eleitoral, Relator, Vice-Presidente e Procurador-Regional.
  - (D) Presidente, Relator, Vice-Presidente e Revisor.
  - (E) Relator, Revisor, Presidente e Corregedor-Regional Eleitoral.
14. No que tange aos recursos em geral é INCORRETO afirmar que
- (A) os recursos serão distribuídos a um Relator, em 24 (vinte e quatro) horas, pela ordem rigorosa de antiguidade dos respectivos membros, esta última exigência, sob pena de nulidade de qualquer ato ou decisão do relator ou Tribunal.
  - (B) os recursos parciais, dentre os quais não se incluem os que versarem matéria referente ao registro de candidatos, interpostos para o Tribunal, serão julgados à medida que derem entrada na Secretaria.
  - (C) os recursos administrativos serão interpostos no prazo de 10 (dez) dias e processados na forma dos recursos eleitorais, funcionando como Relator o Vice-Presidente, ficando o Presidente sem direito a voto.
  - (D) o Relator devolverá os autos à Secretaria no prazo de 10 (dez) dias para, nas 24 (vinte e quatro) horas seguintes, ser encaminhado ao Revisor e após incluído na pauta de julgamento.
  - (E) dos atos, resoluções, ou decisões dos membros do Tribunal e dos Juízes ou Juntas Eleitorais, caberá recurso para o Tribunal e, sempre que a lei não fixar prazo especial, o recurso deverá ser interposto em 03 (três) dias da publicação do ato, resolução ou decisão.



15. Dentre as atribuições da Corregedoria Regional Eleitoral, consta a de
- (A) conhecer, em grau de recurso, das decisões administrativas da Secretaria e impor aos funcionários desta penas de suspensão.
  - (B) assistir às sessões, de qualquer natureza, do Tribunal, tomando parte nas discussões, assinando suas resoluções e acórdãos.
  - (C) representar ao Tribunal sobre a fiel observância das leis eleitorais e sua aplicação uniforme em toda a Circunscrição.
  - (D) levar os processos judiciais e administrativos à mesa para julgamento de incidentes por ela ou pelas partes suscitadas.
  - (E) investigar se há crimes eleitorais a reprimir e se as denúncias já oferecidas têm curso normal.

#### Noções de Informática

16. O mesmo modo de exibição (Listas, Lado a lado, Detalhes, etc) que está sendo apresentado na pasta atual, pode ser aplicado a todas as pastas do *Windows XP*, na janela Meu computador, clicando-se com o *mouse* em
- (A) Tarefas do sistema → Modo de exibição.
  - (B) menu Arquivo → Opções de pastas → Modo de exibição.
  - (C) menu Ferramentas → Opções de pastas → Modo de exibição.
  - (D) menu Ferramentas → Mapear opções de pasta → Modo de exibição.
  - (E) Tarefas do sistema → Mapear opções de pasta → Modo de exibição.

17. Em relação ao *BrOffice.org 3.1*, considere:

- I. Em um arquivo aberto no *Writer* quando o cursor está em qualquer linha de qualquer parágrafo, ao se pressionar a tecla *Home* ele irá se posicionar no início do texto.
- II. Em uma planilha do *Calc*, se a célula E8, que contém a fórmula  $=($D$2+SOMA(C3:C7))/\$D$1$ , for copiada para a célula F9, através de *Ctrl+C* e *Ctrl+V*, a célula F9 conterá a fórmula  $=($D$2+SOMA(D4:D8))/\$D$1$ .
- III. No *Writer* as ações das teclas F7, *Ctrl+F12* e *Ctrl+F4* correspondem, respectivamente, verificar ortografia, inserir tabela e fechar documento.
- IV. No *Calc* a fórmula  $=SOMA(A1:B2;B4)$  irá executar a soma de A1, B2 e B4.

Está correto o que se afirma, SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

18. No *Internet Explorer 8* o internauta pode navegar por:

- (A) guias, janelas, guias duplicadas e sessões.
- (B) janelas, guias e guias duplicadas, somente.
- (C) janelas e sessões, somente.
- (D) janelas e janelas duplicadas, somente.
- (E) guias, guias duplicadas e sessões, somente.

19. Para se criar uma nova mensagem no *Thunderbird 2*, basta clicar no ícone da barra de ferramentas Nova MSG, ou clicar no menu

- (A) Editar → Nova mensagem.
- (B) Arquivo → Novo → Mensagem.
- (C) Mensagem → Editar como nova.
- (D) Exibir → Opções de nova mensagem.
- (E) Ferramentas → Editar → Mensagem.

20. Em termos de componentes básicos do computador, é um elemento que, no final das contas, funciona como uma mesa de trabalho que a todo o momento tem seu conteúdo alterado e, até mesmo, descartado quando ela não está energizada:

- (A) Placa mãe.
- (B) Processador.
- (C) HD.
- (D) Placa de vídeo.
- (E) Memória RAM.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Pitágoras foi condenado a reparar os danos morais que causou à Libero por racismo. Porém, Pitágoras faleceu sem pagar a dívida, o que motivou Libero a pleitear de Tibério, filho do falecido, o pagamento. No tocante aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos previstos na Constituição Federal, tal cobrança em face de Tibério é
- (A) possível, desde que Pitágoras tenha deixado bens, ressaltando que a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
- (B) impossível, porque a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens jamais serão estendidas aos sucessores e contra eles executadas, mesmo se o falecido deixou bens.
- (C) impossível, porque a Constituição Federal veda expressamente.
- (D) possível, porque por força da Constituição Federal, mesmo não tendo praticado o racismo, é responsável solidário da obrigação de reparar o dano pelo simples fato de ser filho do condenado, sendo irrelevante se Pitágoras faleceu ou não e se deixou ou não bens.
- (E) impossível, porque a sentença de mérito que condenou Pitágoras à reparar os danos morais não condenou seu sucessor, Tibério, como responsável subsidiário da obrigação, mesmo havendo bens deixados pelo falecido à título de herança.
22. Bernardino foi preso, porém os policiais que o prenderam estavam encapuzados sendo impossível identificá-los. Segundo a Constituição Federal, Bernardino
- (A) não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, porque no caso prevalece a segurança dos policiais.
- (B) tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.
- (C) tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão apenas no ato do seu interrogatório em juízo e desde que a tenha requisitado à autoridade judiciária, sob pena de preclusão, medida essa preventiva à segurança dos policiais e para evitar a prescrição penal.
- (D) não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão porque a Constituição Federal confere aos policiais o direito de sigilo independentemente do motivo.
- (E) tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, desde que no seu depoimento pessoal prestado à autoridade policial, a tenha requisitado, sob pena de preclusão, porque é irrelevante saber quem o prendeu com o fim de evitar a ocorrência da prescrição penal.
23. A sociedade de economia mista, SUPERBR S/A, tem a intenção de participar da empresa privada, AGROPLUS S/A. Segundo a Constituição Federal, a participação da SUPERBR S/A na AGROPLUS S/A
- (A) dependerá, exclusivamente, de autorização do Poder Executivo.
- (B) é liberada e independe de autorização prévia do Poder Público porque a SUPERBR S/A também é composta de capital privado.
- (C) é liberada e independe de autorização prévia do Poder Público desde que a SUPERBR S/A não adquira mais do que 10% (dez por cento) das ações da AGROPLUS S/A.
- (D) dependerá de autorização legislativa.
- (E) dependerá, em qualquer hipótese, de autorização do Poder Judiciário.

24. Eugênio, servidor público estável, perdeu o cargo por sentença judicial transitada em julgado, cuja vaga foi ocupada por Roberval que também é servidor público estável. Porém, Eugênio obteve novas provas e ingressou com ação apropriada que foi julgada procedente, sendo invalidadas a sentença judicial e a sua demissão. Segundo a Constituição Federal, Eugênio
- (A) será reintegrado e, por consequência, o Roberval será promovido ao cargo de chefia.
- (B) não será reintegrado porque sua vaga já está ocupada por Roberval. Eugênio será obrigatoriamente posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, sem direito a indenização.
- (C) não será reintegrado porque sua vaga já está ocupada por Roberval e, nesse caso, Eugênio será obrigatoriamente aproveitado em outro cargo, sem direito a indenização.
- (D) será reintegrado e o Roberval será mantido no mesmo cargo, sendo vedada sua recondução.
- (E) será reintegrado e o Roberval, ocupante da vaga, por ser estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

25. Está legitimada a impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses de seus associados, a associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos
- (A) dez meses.
- (B) seis meses.
- (C) um ano.
- (D) quatro meses.
- (E) nove meses.

**Direito Eleitoral**

26. De acordo com a Resolução TSE nº 21.538/2003, no que concerne à revisão do eleitorado, considere:
- I. Compete ao Tribunal Superior Eleitoral ordenar a revisão do eleitorado quando houver denúncia fundamentada de fraude no alistamento de uma zona ou município, após realizada correição e provada a fraude em proporção comprometedora.
- II. O Tribunal Superior Eleitoral determinará, de ofício, a revisão ou correição das zonas eleitorais sempre que o eleitorado for superior ao dobro da população entre dez e quinze anos, somada à idade superior a setenta anos do território daquele município.
- III. A revisão do eleitorado deverá ser sempre presidida pelo juiz eleitoral da zona submetida à revisão, que dará início aos procedimentos revisionais no prazo máximo de 30 dias, contados da aprovação da revisão pelo tribunal competente.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I.
- (E) III.



<p>27. Tício é Secretário de Estado. Para candidatar-se a Presidente da República ou Governador do Estado, em que exerce as suas funções, ou Prefeito Municipal da Capital desse Estado deverá observar o prazo para desincompatibilização de</p> <p>(A) 6 meses, 6 meses e 4 meses, respectivamente.          (B) 6 meses, 4 meses e 6 meses, respectivamente.          (C) 4 meses, 6 meses e 4 meses, respectivamente.          (D) 4 meses.          (E) 6 meses.</p>	<p>31. NÃO é crime eleitoral</p> <p>(A) impedir ou embaraçar o exercício do sufrágio.          (B) prender eleitor em flagrante delito no dia da eleição.          (C) reter título eleitoral contra a vontade do eleitor.          (D) fazer propaganda, qualquer que seja a sua forma, em língua estrangeira.          (E) inutilizar, alterar ou perturbar meio de propaganda devidamente empregado.</p>
<p>28. João foi escolhido pela Convenção do Partido a que pertence para concorrer ao cargo de Deputado Estadual, embora tenha 20 anos de idade. Nesse caso, o pedido de registro de sua candidatura, desde que preenchidos os demais requisitos legais,</p> <p>(A) só deverá ser deferido, se João vier a completar 21 anos até a data do pleito.          (B) deverá ser indeferido, porque o candidato a Deputado Estadual deve possuir 21 anos completos na data do pedido de registro da candidatura.          (C) só deverá ser deferido, se João vier a completar 21 anos até a data da posse.          (D) deverá ser indeferido, porque é de 30 anos a idade mínima para o cargo de Deputado Estadual.          (E) deverá ser deferido, porque é de 18 anos a idade mínima para o cargo de Deputado Estadual.</p>	<p>32. A respeito das representações da Lei nº 9.504/97, considere:</p> <p>I. Salvo disposições específicas em contrário da Lei nº 9.504/97, as representações relativas ao descumprimento das suas normas podem ser feitas por qualquer partido político, coligação e candidato.          II. Recebida a representação, a Justiça Eleitoral notificará imediatamente o representado para, querendo, apresentar defesa em quarenta e oito horas.          III. Contra a decisão que julgar a representação, o recurso, quando cabível, deverá ser apresentado no prazo de três dias, assegurado ao recorrido o oferecimento de contrarrazões, em igual prazo, a contar da sua notificação.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I e II.          (B) I e III.          (C) II e III.          (D) I.          (E) III.</p>
<p>29. No que concerne à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, é correto afirmar:</p> <p>(A) Se houver segundo turno, a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão será dividida em dois períodos diários de vinte minutos, sendo que o tempo de cada período será dividido entre os candidatos proporcionalmente aos votos obtidos no primeiro turno.          (B) Os debates sobre as eleições majoritária ou proporcional deverão ser veiculados dentro do horário eleitoral gratuito definido em lei.          (C) Poderá ser utilizado, no tempo reservado ao partido, comercial ou propaganda com o objetivo de promover marca ou produto.          (D) A emissora não autorizada a funcionar pelo poder competente poderá, para propiciar ampla informação ao eleitorado, veicular a propaganda eleitoral gratuita.          (E) É permitido ao partido político utilizar na propaganda eleitoral de seus candidatos, em âmbito regional, a imagem e a voz de candidato ou militante de partido político que integre a sua coligação em âmbito nacional.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito Administrativo</b></p> <p>33. Nos termos da Lei nº 8.429/92, o agente público que praticou ato de improbidade administrativa previsto no artigo 9º da mencionada lei (ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito), poderá ser sancionado com a pena, dentre outras, de</p> <p>(A) multa civil de cinco vezes o valor do acréscimo patrimonial.          (B) suspensão de direitos políticos de três a cinco anos.          (C) proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de dez anos.          (D) proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de doze anos.          (E) multa civil de até duzentas vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.</p>
<p>30. Interposto recurso especial contra decisão do Tribunal Regional Eleitoral, foi o mesmo denegado pelo Presidente. Dessa decisão,</p> <p>(A) caberá apenas pedido de reconsideração no prazo de cinco dias.          (B) caberá agravo regimental para o Plenário do Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de três dias.          (C) não caberá recurso.          (D) caberá agravo de instrumento para o Tribunal Superior Eleitoral, no prazo de três dias.          (E) caberá agravo regimental para o Plenário do Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de cinco dias.</p>	<p>34. NÃO constitui hipótese de inexigibilidade de licitação a</p> <p>(A) aquisição de materiais que só possam ser fornecidos por empresa exclusiva.          (B) contratação de serviço técnico de restauração de obras de arte e bens de valor histórico, de natureza singular, com empresa de notória especialização.          (C) contratação de profissional do setor artístico, consagrado pela opinião pública.          (D) contratação de instituição dedicada à recuperação social do preso, de inquestionável reputação ético-profissional e sem fins lucrativos.          (E) contratação de parecer, de natureza singular, com profissional de notória especialização.</p>



<p>35. Analise as seguintes assertivas sobre os requisitos dos atos administrativos:</p> <p>I. O objeto do ato administrativo é o efeito jurídico imediato que o ato produz.</p> <p>II. Quando a Administração motiva o ato, mesmo que a lei não exija a motivação, ele só será válido, se os motivos forem verdadeiros.</p> <p>III. O requisito <i>finalidade</i> antecede à prática do ato.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) III, somente.</p> <p>(B) I e II, somente.</p> <p>(C) I e III, somente.</p> <p>(D) II e III, somente.</p> <p>(E) I, II e III.</p>	<p>39. No caso de sinistro parcial, salvo disposição em contrário, o seguro de um interesse por menos do que valha</p> <p>(A) acarreta a redução proporcional da indenização.</p> <p>(B) não gera qualquer redução ou amortização da indenização devida.</p> <p>(C) acarreta a redução legal e prefixada de, no máximo, 10% da indenização.</p> <p>(D) acarreta a redução legal e prefixada de, no máximo, 15% da indenização.</p> <p>(E) acarreta a redução legal e prefixada de, no máximo, 50% da indenização.</p>
<p>36. A conduta do agente público que se vale da publicidade oficial para realizar promoção pessoal atenta contra os seguintes princípios da Administração Pública:</p> <p>(A) razoabilidade e legalidade.</p> <p>(B) eficiência e publicidade.</p> <p>(C) publicidade e proporcionalidade.</p> <p>(D) motivação e eficiência.</p> <p>(E) impessoalidade e moralidade.</p>	<p>40. Mário celebrou contrato de mútuo com Hortência emprestando-lhe a quantia de R\$ 15.000,00 em dinheiro. Segundo as normas estabelecidas pelo Código Civil brasileiro, considerando que Mário e Hortência não convencionaram expressamente o prazo do mútuo, este será de pelo menos</p> <p>(A) quarenta e cinco dias.</p> <p>(B) dez dias.</p> <p>(C) quinze dias.</p> <p>(D) trinta dias.</p> <p>(E) sessenta dias.</p>
<p>37. Uma das causas justificadoras da inexecução do contrato administrativo denomina-se <i>fato do príncipe</i>. Dentre os exemplos a seguir, constitui fato do príncipe</p> <p>(A) a criação de tributo que incida sobre matérias-primas necessárias ao cumprimento do contrato.</p> <p>(B) a omissão da Administração Pública em providenciar a desapropriação necessária para a realização de obra pelo contratado.</p> <p>(C) o atraso superior a noventa dias de pagamento devido pela Administração decorrente de serviço já executado.</p> <p>(D) a inundação imprevisível que cubra o local da obra.</p> <p>(E) a greve que paralise a fabricação de um produto de que dependa a execução do contrato.</p>	<p>41. Marina, advogada, foi contratada por Gabriela para ajuizar execução de contrato particular não cumprido mediante o pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 7.000,00, a serem pagos até o trânsito em julgado da demanda. O mencionado processo transitou em julgado, mas Gabriela não efetuou o pagamento dos honorários de Marina. Neste caso, segundo o Código Civil brasileiro, a pretensão relativa aos honorários advocatícios de Marina prescreverá no prazo, contado do trânsito em julgado da demanda, de</p> <p>(A) dois anos.</p> <p>(B) um ano.</p> <p>(C) cinco anos.</p> <p>(D) três anos.</p> <p>(E) dez anos.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito Civil</b></p> <p>38. João é casado com Maria, com a qual possui dois filhos, Tício e Tobias. Maria, Tobias e Tício descobriram que João doou um bem particular seu para sua amante, Bárbara, com quem possui um relacionamento amoroso. Esta doação poderá ser anulada</p> <p>(A) por Maria, Tobias e Tício, até seis meses depois de dissolvida a sociedade conjugal.</p> <p>(B) apenas por Maria, até dois anos depois de dissolvida a sociedade conjugal.</p> <p>(C) por Maria, Tobias e Tício, até cinco anos depois de dissolvida a sociedade conjugal.</p> <p>(D) apenas por Tício e Tobias, até cinco anos depois de dissolvida a sociedade conjugal.</p> <p>(E) por Maria, Tobias e Tício, até dois anos depois de dissolvida a sociedade conjugal.</p>	<p>42. Terceiro sem mandato</p> <p>(A) pode adquirir a posse, dependendo esta aquisição de ratificação do mandante.</p> <p>(B) não pode adquirir a posse, por expressa disposição legal existente no Código Civil brasileiro.</p> <p>(C) pode adquirir a posse, independentemente de ratificação do mandante.</p> <p>(D) pode adquirir a posse, independentemente de ratificação do mandante, desde que tenha figurado na qualidade de mandatário em, no mínimo, cinco negócios anteriores.</p> <p>(E) pode adquirir a posse, independentemente de ratificação do mandante, se esta se der pelo prazo máximo de três meses.</p>





### Direito Processual Civil

43. Poderá modificar-se pela conexão ou continência a competência em razão

- (A) da matéria e da hierarquia.
- (B) do valor, apenas.
- (C) do valor e do território.
- (D) da hierarquia, apenas.
- (E) da matéria, apenas.

44. Considere as seguintes assertivas a respeito dos deveres das partes e dos procuradores:

- I. O réu que, por não arguir na sua resposta fato impeditivo do direito do autor, dilatar o julgamento da lide, será condenado nas custas a partir do saneamento do processo e perderá, exceto se vencedor na causa, o direito a haver do vencido honorários advocatícios.
- II. Quando forem dois ou mais os litigantes de má-fé, o juiz condenará todos, de forma solidária, ao pagamento de multa de 10 a 20% do valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu.
- III. Se cada litigante for em parte vencedor e vencido, serão recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados entre eles os honorários e as despesas. Se um litigante decair de parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e honorários.

De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) II.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

45. Vera, advogada do Condomínio Edifício SOL, ajuizou ação de cobrança a fim de evitar a prescrição, sem instrumento de mandato, tendo em vista que a síndica do referido Condomínio está ausente do Brasil em razão de viagem. Neste caso,

- (A) Vera se obrigará, mediante caução, a exibir o instrumento de mandato no prazo de 10 dias, prorrogável até outros 10, por despacho do juiz.
- (B) o processo será extinto sem resolução do mérito, tendo em vista a inexistência da procuração, com o conseqüente reconhecimento da prescrição.
- (C) a inicial será indeferida por estar desacompanhada de documento essencial.
- (D) Vera se obrigará, independentemente de caução, a exibir o instrumento de mandato no prazo de 15 dias, prorrogável até outros 15, por despacho do juiz.
- (E) Vera se obrigará, independentemente de caução, a exibir o instrumento de mandato no prazo improrrogável de 60 dias.

46. Fábio é juiz de direito na comarca de Barra de Ouro onde tramitam os processos Prata, Bronze e Cobre. No processo Prata ele é herdeiro presuntivo do autor, no processo Bronze ele é amigo íntimo do réu e no processo Cobre ele é cunhado do advogado do autor. Nestes casos, é defeso a Fábio exercer as suas funções

- (A) nos processos Bronze e Cobre, somente.
- (B) no processo Prata, somente.
- (C) nos processos Prata, Bronze e Cobre.
- (D) nos processos Prata e Bronze, somente.
- (E) no processo Cobre, somente.

47. O processo W foi suspenso porque a sentença de mérito depende do julgamento de outra causa e o processo Z foi suspenso por convenção das partes. Nestes casos, o prazo máximo de suspensão processual é, respectivamente, de

- (A) um ano e seis meses.
- (B) seis meses e um ano.
- (C) três e seis meses.
- (D) seis e três meses.
- (E) um e dois anos.

### Direito Penal

48. No que concerne aos crimes de abuso de autoridade e a legislação específica que rege a matéria é correto afirmar:

- (A) Considera-se autoridade, para os efeitos da Lei nº 4.898/65, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente, sempre mediante remuneração.
- (B) Não constitui abuso de autoridade o ato lesivo da honra de pessoa natural ou jurídica, quando praticado com desvio de poder ou sem competência legal.
- (C) Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena, autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.
- (D) Apresentada ao Ministério Público a representação da vítima, aquele, no prazo de cinco dias, denunciará o réu, desde que o fato narrado constitua abuso de autoridade.
- (E) O processo administrativo poderá ser sobrestado para o fim de aguardar a decisão da ação penal ou civil.

49. Paulo abordou a vítima Pedro em via pública e, mediante grave ameaça com emprego de arma de fogo, anunciou o assalto e exigiu a entrega da carteira com dinheiro. No momento em que Pedro retirava a carteira do bolso para entregar para Paulo este resolveu ir embora espontaneamente sem subtrair a res. Trata-se de hipótese típica de

- (A) arrependimento eficaz.
- (B) desistência voluntária.
- (C) tentativa.
- (D) arrependimento posterior.
- (E) crime impossível.



50. Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão dolosa, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, haverá
- (A) concurso formal, aplicando-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.
  - (B) crime continuado, podendo o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo.
  - (C) concurso material, aplicando-se cumulativamente as penas privativas de liberdade para cada delito.
  - (D) concurso formal, aplicando-se cumulativamente as penas privativas de liberdade cominadas para cada delito.
  - (E) crime continuado, aplicando-se a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.
51. No tocante aos crimes contra a Administração Pública, o funcionário que retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem, comete crime de
- (A) Prevaricação.
  - (B) Peculato.
  - (C) Concussão.
  - (D) Excesso de Exação.
  - (E) Corrupção Passiva.
52. De acordo com o Código Penal NÃO é causa de extinção da punibilidade a
- (A) reparação do dano posterior à sentença irrecorrível no crime de peculato culposo.
  - (B) morte do agente.
  - (C) anistia.
  - (D) prescrição.
  - (E) retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.
- Direito Processual Penal**
53. No que se refere à suspensão do processo prevista no artigo 89, da Lei nº 9.099/95, é INCORRETO afirmar que
- (A) a suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime.
  - (B) além das condições obrigatórias estabelecidas por lei o Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.
  - (C) a decisão judicial que homologa a suspensão condicional do processo interrompe a prescrição e, durante o prazo de suspensão do processo, não correrá a prescrição.
  - (D) expirado o prazo de suspensão do processo, sem revogação, o Juiz declarará extinta a punibilidade.
  - (E) a suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.
54. No que concerne ao acusado e seu defensor, nos termos preconizados pelo Código de Processo Penal, é correto afirmar:
- (A) A impossibilidade de identificação do acusado com o seu verdadeiro nome ou outros qualificativos retardará a ação penal, ainda que certa a identidade física.
  - (B) A constituição de defensor dependerá de instrumento de mandato, ainda que o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.
  - (C) Incumbe ao defensor provar o impedimento em até 24 horas da abertura da audiência e, não o fazendo, o juiz não determinará o adiamento de ato algum do processo, devendo nomear defensor substituto, ainda que provisoriamente ou só para o efeito do ato.
  - (D) Se o acusado não o tiver, ser-lhe-á nomeado defensor pelo juiz, ressalvado o seu direito de, até a prolação da sentença de primeiro grau, nomear outro de sua confiança, ou a si mesmo defender-se, caso tenha habilitação.
  - (E) O defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicado previamente o juiz, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
55. Sobre a sentença é correto afirmar que:
- (A) O juiz, ao proferir a sentença condenatória, não poderá fixar em favor do ofendido valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, devendo a discussão ser dirimida no juízo cível.
  - (B) Qualquer das partes poderá, no prazo de cinco dias, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.
  - (C) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, desde que, em consequência, não tenha de aplicar pena mais grave.
  - (D) Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravantes, embora nenhuma tenha sido alegada.
  - (E) Havendo aditamento da denúncia, cada parte poderá arrolar até cinco testemunhas, no prazo de 5 (cinco) dias, ficando o juiz, na sentença, adstrito aos termos do aditamento.
56. Analise as seguintes assertivas sobre a competência, de acordo com o Código de Processo Penal:
- I. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
  - II. Quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou devia produzir seu resultado.
  - III. A competência será determinada pela continência quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I e II.
  - (B) I e III.
  - (C) II e III.
  - (D) I.
  - (E) III.



57. No processo penal, especificamente sobre as nulidades, é correto afirmar:
- (A) Ocorrerá nulidade no caso de comparecimento de quinze jurados para constituição do júri.
  - (B) Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.
  - (C) As omissões da denúncia ou da queixa poderão ser supridas a todo o tempo, até cinco dias antes da audiência de instrução designada.
  - (D) A nulidade por ilegitimidade do representante da parte não poderá ser sanada, ensejando a renovação de todos os atos processuais praticados.
  - (E) A omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato é causa de nulidade absoluta e não poderá ser sanada.
- 

### Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

58. De acordo com a Lei nº 9.784/99, o recurso administrativo
- (A) deverá ser interposto no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida, salvo disposição legal específica.
  - (B) será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de quarenta e oito horas, o encaminhará à autoridade superior.
  - (C) tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
  - (D) deverá ser decidido no prazo máximo de noventa dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente, quando a lei não fixar prazo diferente.
  - (E) poderá ser interposto, dentre outros, por organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos e por cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.
- 
59. Inexistindo disposição específica, em regra, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de
- (A) cinco dias, improrrogáveis.
  - (B) dez dias prorrogado por mais dez, mediante comprovada justificação.
  - (C) vinte dias, improrrogáveis.
  - (D) cinco dias prorrogado pelo dobro, mediante comprovada justificação.
  - (E) quarenta e oito horas, improrrogáveis.
- 
60. De acordo com a Lei nº 8.112/90, em regra, João, servidor público civil efetivo, que nunca praticou qualquer infração administrativa, terá a penalidade de advertência escrita aplicada se
- (A) praticar usura sob qualquer de suas formas.
  - (B) utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
  - (C) manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
  - (D) receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições.
  - (E) proceder de forma desidiosa.
-



**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO**

**Atenção:** Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

Conceitue a propaganda eleitoral antecipada, expondo as razões pelas quais é considerada ilegal, bem como indicando as exceções e as sanções previstas em lei.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	